

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

Um jeito novo de ser brasileiro

Assim, olhando de repente, parece até que o Brasil está vivendo um inferno astral dos direitos humanos. Tudo acontece: é massacre de sem-terra, brutalidade policial, incêndio de índio, prostituição infantil, uma loucura em matéria de desrespeito à humanidade.

Mas, examinando as coisas com mais vagar, como fez o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, em seu gabinete na sexta-feira à tarde, surgem outras explicações mais lógicas e plausíveis que a ação dos astros em perversa conjunção de planetas e menos simplesinhas que as que atribuem todos os males à globalização do mundo moderno.

Na opinião de Gregori — velho batalhador dessa área, homem de ligações religiosas e atuação destacada no comando da combativa Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, quando os tempos eram de muita dureza e nenhuma liberdade —, não são as coisas que estão acontecendo diferentemente do que aconteciam, mas o Brasil é que mudou seu jeito de lidar com elas.

E, quando fala de Brasil, Gregori não se refere a governo, deputado, ministro ou senador. Fala de brasileiros, fala de uma nação que acordou, aprendeu a reagir com firmeza e a gritar muito alto quando vê o malfeito em praça pública. Introduziu em seu cotidiano um novo personagem, aquele que José Gregori chama de o senhor indignação.

A mesma gente que se deliciava com as maravilhas econômicas da ditadura enquanto meia-dúzia de padres, estudantes, políticos, todos qualificados de modo genérico como “comunistas”, resistia aos militares, hoje já não se conforma com os desmandos da autoridade, não considera a pobreza um passaporte fatal para as galês nem aceita que menino rico pinte e borde impunemente.

Gregori faz uma análise onde lista três macrorrazões por trás dessa mudança. A primeira, evidentemente, é a evolução da democracia. Os espaços vão se abrindo e a sociedade os ocupa, ficando cada vez mais cidadã.

A segunda é consequência direta da primeira. Para ele, no momento em que o senhor indignação sentou praça nos estúdios de televisão, houve uma reviravolta brutal. “O *Jornal Nacional* deixou de ser liofilizado, mostrou aquelas cenas de violência de uma forma explícita, clara e direta

como nunca antes. Uma imagem daquelas tem uma capacidade de mobilização muito maior que milhões de artigos de profundidade ímpar, que atingem um grupo qualificado, mas reduzido.”

Faz sentido, uma vez que todos sabemos que preto, pobre e marginalizados em geral são habitualmente tratados assim, na força bruta, sem que ninguém se incomode verdadeiramente com isso. Quando a televisão mostra, as consciências pesam todas coletivamente.

Na sustentação à ação da mídia eletrônica, Gregori considera que os jornais têm um papel fundamental levando às manchetes de primeira página o que antes merecia registros ocasionais. E não é necessário ir longe: por causa do episódio do índio pataxó, se descobriu que em São Paulo há incêndios periódicos de mendigos, sem que ninguém soubesse disso.

Esse negócio de gritar contra agressões à pessoa sempre foi mais coisa de ONGs estrangeiras. Nós por aqui nunca reservamos muita paciência para o trato desses assuntos. E é isso, na visão de Gregori, o que mudou.

Ele, evidentemente, não deixa de apontar também razões governamentais para a mudança. “No momento em que o governo cria uma tabuleta como a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, o Plano Nacional de Direitos Humanos, faz lei contra a tortura, indeniza famílias de desaparecidos políticos, briga para que militares sejam julgados pela Justiça comum, tudo isso também colabora para dar visibilidade ao tema.”

Gregori cita de novo como exemplo o episódio do índio, quando o ministro da Justiça em exercício, Milton Seligman, foi para dentro da delegacia, apesar de o crime ser de jurisdição do Distrito Federal.

“Mas hoje ninguém mais quer saber de ficar explicando de quem é a responsabilidade. A sociedade quer ver é a presença da autoridade, e não ouvir justificativas formais que não resolvem nada.”

Da mesma forma, há prazos de processos judiciais que não são mais socialmente aceitos. E esse conceito pertence ao ex-ministro da Justiça Nelson Jobim. Ele disse isso a grupo de representantes do Judiciário paraense quando, há três meses, foi informado por eles que o fim do processo sobre a chacina dos sem-terra em Eldorado de Carajás ainda levaria três anos. “Esse não é um prazo socialmente aceito”, afirmou Jobim.

No ano passado, a Polícia Federal torturou e matou um traficante no Ceará. O Ministério da Justiça expulsou, processou os responsáveis, indenizou a viúva do bandido assassinado e salvou a própria pele.

É que esse episódio aconteceu às vésperas do anúncio do Plano Nacional dos Direitos Humanos, em 13 de maio do ano passado. “Se não agíssemos com rapidez, toda a política de direitos humanos estaria desmoralizada antes mesmo de sua implantação”, lembra Gregori.

Pelo simples fato, aponta ele, de que a opinião pública não aceita mais o faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. “O Brasil mudou o jeito de olhar e tratar de si próprio.”

“A sociedade não quer mais saber de justificativas formais que não resolvem nada.” (José Gregori)